



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

**PRESIDENTE: FELIPE BECARI**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 25-04-22

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Na qualidade de membro da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da terceira audiência pública semipresencial de 2022, convocada para hoje, 25 de abril de 2022, tendo como pauta o Sampaprev 2, os impactos da supressão da isenção dos provimentos na vida dos aposentados, pessoas com deficiência e servidores com doenças graves, nos termos do Requerimento da Comissão de Saúde nº 6/2022, de autoria da Vereadora Luana Alves.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br), em Auditórios On-Line, *link* Auditório Virtual, e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo. As inscrições para participação na audiência pública estão abertas no *site* da Câmara desde 20 de abril de 2022.

Para esta audiência convidamos o Presidente da Câmara, Vereador Milton Leite; Sr. Fabrício Cobra Arbex, Secretário Municipal da Casa Civil; Sr. Guilherme Bueno de Camargo, da Secretaria Municipal da Fazenda; Sra. Margarida Prado Genofre, Coordenadora do Fórum de Entidades Representativas dos Servidores Municipais da cidade de São Paulo.

Quero primeiro agradecer a presença de todos que estão aqui.

Este é um tema que a gente não gostaria de ter de tratar numa audiência pública. Eu vou comentar brevemente, contextualizar por que a gente chamou esta audiência em conjunto com diversos fóruns e entidades de servidores do Município de São Paulo.

A gente sabe que não é de hoje que a gestão do Executivo faz investidas contra a aposentadoria do servidor público municipal, tentando colocar na conta do servidor público os problemas financeiros da Prefeitura. O que a gente viveu no ano passado, infelizmente, é que, não com o meu voto nem com o da Juliana, foi aprovado, infelizmente, no ano passado, uma reforma previdenciária que a gente chamou de Sampaprev 2, que foi, na verdade, um confisco salarial muito, muito, muito terrível sobre todos os servidores públicos, os de baixos salários, os de altos salários, de forma a gerar desigualdades, inclusive. A gente sabe que os mais atingidos são os servidores de baixos salários, são os que estão na ponta, quem está no administrativo, na ponta do serviço público da educação, do serviço público de saúde, que foram os atingidos.

Só que teve um ponto, em especial, dessa reforma de que pouco se falou, na avalanche de ataques que a gente teve no ano passado, mas que é importante a gente falar, que é o ponto da perda da isenção aos aposentados que têm doenças graves, que têm deficiência.

Para quem não sabe e está nos assistindo, é importante reforçar isso e dar essa informação. Os servidores com doenças graves ou com algum tipo de deficiência eram isentos desse desconto previdenciário, porque obviamente são pessoas que têm gastos maiores. Isso não tem discussão, isso todo mundo sabe. Claro que a gente conta com o nosso Sistema Único de Saúde, Claro que a gente conta com remédio de alto custo, mas a gente sabe que nem sempre é possível. E a gente sabe que, para pessoas que têm doenças graves e alguma deficiência, de fato não é um benefício, é uma necessidade não ter o desconto salarial previdenciário, em especial os aposentados que já contribuíram a vida inteira.

Quando você tira essa isenção, você, na prática, confisca o salário de pessoas que têm deficiência e de pessoas com doenças graves, que precisam desse valor. Então o que a gente está vendo agora é a situação em que servidores do Município de São Paulo, muitos aposentados que por décadas serviram a esta cidade, por décadas estiveram no chão da escola, por décadas estiveram no serviço administrativo servindo ao público da Cidade, estão agora tendo que escolher entre pagar o remédio ou pagar o aluguel. Essa é a situação que a gente está vivendo.

Esta audiência veio para a gente chamar a atenção sobre esse tema, para o poder público escutar de fato o que é esse tema, o que está acontecendo, para a gente conseguir, enfim, ter uma resposta do poder público.

Quero já adiantar a todos que a nossa bancada vai, obviamente, apresentar projeto de decreto legislativo para que se suste esse aspecto do Sampaprev, mas é importante que a gente faça uma pressão sobre o Governo, sobre a Prefeitura, e que a gente chame a atenção sobre esse tema. Esse é um tema que ficou até posto de lado no tamanho que foi ataque que a gente sofreu com o Sampaprev no ano passado, um ataque pesado. E esse tema específico ficou de lado, infelizmente. Então é para a gente chamar a atenção sobre isso, e seria muito

importante ouvir de todos os senhores.

Eu estou com duas inscrições *on-line*, mas eu pediria que quem estiver aqui presente e puder falar também se inscrever, vir me falar o nome que eu inscrevo aqui. A gente costuma ter um tempo de três minutos de fala, mas acho que a gente está numa quantidade suficiente para aumentar.

Queria também depois passar a palavra para a nobre Vereadora Juliana Cardoso, antes de chamar o primeiro da lista virtual que é o Sr. Felipe Bazo Torres.

Vereadora Juliana, se quiser fazer o uso da palavra, por favor.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Obrigada, Vereadora Luana. Boa noite a todos, todas e todes. Estou achando extremamente importante a solicitação de audiência pública, visualizando o momento político que estamos vivendo na sociedade brasileira.

As pessoas estão passando fome, estão passando necessidades que, quem está trabalhando, não está conseguindo dar conta de escolher o que vai comprar ou que vai comer. Ou o que vai pagar de aluguel e o que vai pagar de alimentos. Os aposentados, especificamente sobre a questão dos remédios. (Falha na transmissão.)

Eu falo, Vereadora Luana, por conta da minha mãe que é pensionista também. Isso ocorre dentro de casa onde nós enxergamos o impacto que teve na vida das pessoas.

Nós percebemos que o cálculo feito pelo Poder Público foi ineficaz. Muita gente ficava falando não só nas audiências públicas, mas na própria Comissão de Estudos, que, infelizmente, não trouxe o verdadeiro debate para gerar subsídios necessários para contrapor o projeto do Sampaprev. Hoje, o impacto na vida das pessoas é muito grande.

Quem não está trabalhando, vive da solidariedade. Muitas pessoas, aposentados e pensionistas, são às vezes o único recurso da casa, diante de tantas pessoas desempregadas.

Eu sei que estão presentes muitos companheiros do Sindicato. Quero de antemão agradecer muito todo trabalho e o processo que vocês fizeram para auxiliar, principalmente, nesta Comissão de Estudos, para o nosso enfrentamento no debate. Mas também auxiliaram o debate no Plenário, assim como percorreram toda Casa para dialogar com cada um dos

Vereadores, visto que muitos deles votaram favoravelmente não atenderam, infelizmente.

Hoje, o povo padece, porque há desconto da previdência no benefício de um salário-mínimo, não só para o pensionista e aposentado, mas também para o servidor público que está na ativa, atuando o tempo todo, principalmente, no processo da cidade de São Paulo, às vezes, com falta de insumos, de medicação, de RH. Há falta de uma estrutura e musculatura para atendimento da população que migra cada dia mais para o serviço público quando perde o convênio.

Nós precisamos, de fato, fazer o depois, depois da aprovação do Sampaprev, o impacto provocado na vida das pessoas e dos servidores públicos.

O que os Srs. e Sras. Vereadores têm de corresponsabilidade sobre isso? O que o Sr. Prefeito Ricardo Nunes tem de corresponsabilidade em cima disso? Mais uma vez em cima da miséria da vida da classe trabalhadora, principalmente, dos servidores públicos ativos, pensionistas e aposentados.

Então eu estou aqui com vocês, também participo virtualmente da audiência pública do Conselho de Representantes aí na sala ao lado, porque é outro Conselho que está descaracterizado, mas é muito representativo para a população, dentro do Poder Público, para poder questionar não só na questão orçamentária, mas também da legislação.

Parabéns, Vereadora Luana, estamos juntos, pode contar sempre do meu mandato. Estamos à disposição.

Amanhã, teremos a posse do novo Conselho Municipal de Saúde, que eu acho que também vai ser – e sempre é – um ponto de apoio extremamente importante para a saúde pública na cidade de São Paulo.

Sejam todos e todas bem-vindas. Estamos juntos, aí, na luta.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Sou eu que agradeço, Vereadora Juliana Cardoso, pelas suas palavras, completamente bem colocadas. Eu quero reforçar e reivindicar um aspecto da fala da Vereadora Juliana Cardoso, que foi muito importante. É muito importante

que se bata à porta de todos os Vereadores, para escutarem o que é o impacto dessa medida, o que é o impacto do Sampaprev como um todo, da reforma previdenciária como um todo, mas, em especial, para os aposentados e servidores da ativa com deficiência e com doenças graves.

Sabemos que a Prefeitura blindou muitos Vereadores no ano passado, para que não ouvissem a população. Nós, Vereadores da Oposição, que fizemos o grande crime de simplesmente divulgar o *e-mail* público dos Vereadores, para que eles, enfim, escutassem a população, fomos praticamente achincalhados, como se divulgar o *e-mail* dos Vereadores fosse algum tipo de problema, mas é muito importante que vocês passem nos gabinetes. Como população, vocês têm esse direito. Devem passar, ir lá, conversar, dizer qual é o impacto dessa medida na sua vida. Temos, aqui, uma Vereadora, que tem uma mãe que é atingida diretamente por essa medida. Assim, muitos Vereadores que votaram a favor desse Sampaprev terrível também têm. Essa é a verdade e precisam escutar.

Então, é muito importante essa atuação, esse movimento, essa incidência conjunta das entidades, dos sindicatos, que estão fazendo a luta há muito tempo.

Para começarmos as intervenções de todo mundo que está aqui presente, quero chamar o Sr. Felipe Bazo Torres.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Para a Sra. Margarida? Perfeito. Sra. Margarida, agora eu a vejo. A palavra está com a senhora. Acho que pode falar por cinco minutos. Está tranquilo.

**A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE** – Boa noite. Na sua pessoa, Vereadora Luana Alves, eu cumprimento todos os Vereadores e Vereadoras aqui presentes ou acompanhando virtualmente a nossa audiência pública, assim como cumprimento os colegas sindicalistas, que estão aí, firmes e fortes, na luta, presencialmente, bem como aqueles que, como eu, não puderam comparecer, mas que não deixam de acompanhar a luta.

Essa luta contra o Sampaprev vem desde 2017, quando começamos a resistir a essa questão. Conseguimos segurar uma parte disso, não tudo. Passou uma parte disso em 2018,

uma parte dessa desgraceira toda, e, depois, veio a carga, novamente. Então, nós também buscamos organizar os servidores municipais. Fizemos um bom trabalho. Combatemos o bom combate.

Fomos achincalhados na própria Câmara Municipal por colegas Vereadores, infelizmente. Têm legitimidade, porque foram eleitos e aí estão. Reconhecemos isso, mas eles não teriam o direito de tratar os servidores da forma desrespeitosa como nós fomos tratados. Aliás, não foram só os servidores. Até os próprios colegas, Vereadores e Vereadoras que se perfilaram ao nosso lado, também foram duramente atacados nas sessões em que ocorreram os debates sobre esse, que nós convencionamos chamar de Sampaprev.

Pois bem. Ele acabou passando porque a pressão do Governo foi desigual ao nosso poder de fogo. Nós tivemos bastante luta. Tivemos a polícia em cima de nós, dispersando as nossas atividades, que eram necessariamente pacíficas, sempre. Nós não estávamos atacando ninguém. Nós não estávamos tentando invadir a Câmara, nem nada, mas o Presidente houve por bem fechar a Casa do Povo e deixar-nos do lado de fora. Então, nós lutamos o bom combate, mas sempre com ordem, sem agredir ninguém.

Pois bem. A pretexto dessa alteração, novamente introduzida em menos de três anos, outro projeto de lei vai para a Câmara, para dizer que vai equacionar um déficit e, também, para adequar a nossa Previdência à nova emenda constitucional, a Emenda 103. O Município de São Paulo avança e vai muito além daquilo que já era uma desgraça, que nos aconteceu no Brasil, que foi essa Emenda 103, que vem só para retirar direitos. O Município, com esse pretexto, vai além do que está proposto na Emenda 103. Ele cria coisas que nem lá passaram, como segregação de massas e uma série de coisas. O que é pior, embutido nisso tudo, de uma forma bastante difícil de ser identificada, porque passou ao largo da observação de muita gente - confesso, da minha também - essa questão da suspensão da isenção de duas vezes o teto do INSS, essa isenção de contribuição previdenciária para quem tem doenças graves.

Foi uma crueldade muito grande passar isso pela Câmara Municipal. Claro, não com os Vereadores que a gente conhece, como toda a Bancada do PSOL, a Bancada do PT.

Sabemos da luta que vocês travaram dentro da Câmara, ao nosso lado. Reconhecemos isso. Foi muito importante para nós que estávamos lá, do lado de fora, saber que tínhamos quem nos defendesse ali dentro, mas ainda assim a coisa passou. E passou de uma forma que - o pessoal estava meio anestesiado - agora estão percebendo o tamanho da encrenca, da crueldade.

Primeiro que esse déficit alegado não existe. Não existe déficit. A Prefeitura não está com problemas de caixa. Uma Prefeitura que tem 24 bilhões de sobras de um orçamento, de um ano para outro, não está com problemas de dinheiro. De maneira alguma. Outra, para embasar essa maldade toda, encomendou, sem licitação, sem nada, um estudo da FIA que nem foi, exatamente, um atuarial, nem é exatamente uma proposta que deveria embasar toda essa modificação da previdência. Não existe déficit na Previdência do Município, isso é algo criado, é fictício. Nunca ficamos devendo nada, nós servidores. Nós pagávamos a nossa contribuição, anteriormente a 2005, mas não era para aposentadoria. Contribuíamos para uma Previdência, um termo mais amplo. Sempre contribuimos com a Previdência.

Entrei na Prefeitura em 69, já contribuía e continuo contribuindo agora que sou aposentada com 14% sobre tudo o que ultrapassa o salário mínimo. Quando o então Prefeito José Serra editou essa nova lei, ele jogou para o Iprem a responsabilidade de pagar aposentadorias e pensões, sem repassar um lastro para que ele assumisse esse compromisso. É claro que a conta não fecha. Evidente. Tudo aquilo que servidores todos contribuíram por muitos anos não foi repassado para o Iprem. É bem verdade que na própria lei, se não fosse assim, não fechava mesmo a conta. A Prefeitura foi sendo obrigada a fazer o complemento dos valores da folha de pagamento a cada mês. Seria um custo se não fosse. O que falta para o Iprem pagar é complementado pelo Tesouro Municipal. Evidente.

Então o que a Prefeitura está tentando fazer é tirar da responsabilidade do Tesouro, essa complementação e jogando essa conta para quem? Para os próprios servidores, que já haviam contribuído. E a carga maior recai exatamente sobre quem? Sobre os ombros dos aposentados e aproveita também para colocar sobre os doentes. Essa é a crueldade maior de tudo isso. Não estamos parados. Sou Vice-Presidente da Aprofem, mas coordeno o Fórum das



Entidades todo. Nós reunimos o melhor do nosso Jurídico e colocamos todos para pensarmos juntos, tentamos buscar através do Poder Judiciário a reparação desse erro crasso que a Câmara Municipal, o Prefeito - proposta do Prefeito - acabou por aprovar. Isso é uma tremenda crueldade para com os servidores, os servidores da ativa, como bem disse a Vereadora Juliana Cardoso, ganha um salário mínimo e já está pagando. O pessoal está percebendo isso agora porque no mês de março, quando entrou em vigor foi a partir do dia 19, então o desconto maior ainda foi proporcional a quantidade de dias do mês em que a lei já vigorava. Nesse mês de abril virá cheio o desconto.

Imagine o susto de quem tinha isenção de contribuição e, de repente, ver no seu holerite o desconto de 14% a título de aposentadoria para quem já está aposentado, está doente, de onde vai tirar o recurso para comprar seus remédios? Isso é da emenda 103. Não, isso dependeria também de uma nova legislação municipal que não passou por aqui, não passou na Câmara, mas eles resolveram que tirariam isso de qualquer forma sem fazer alarde e de repente quando nós vimos, quando nós nos demos conta, estava já na Folha de Pagamento o desconto. Foi aí que nós descobrimos, quando eles disponibilizaram pela internet os demonstrativos de pagamento. Foi aí que nós descobrimos o que estava acontecendo.

Fomos perguntar, é a Emenda Constitucional 103, que determinou onde estava isso, como é que isso podia ser, mas precisava de uma lei específica, não podia ter sido assim. Então, encerro aqui agradecendo as iniciativas que contarão com todo nosso apoio para tentar reverter isso, os decretos, os projetos de lei, toda a iniciativa dos Vereadores, que já estamos sabendo que está acontecendo, contarão com o nosso apoio irrestrito.

Agradeço muitíssimo a oportunidade de poder manifestar aqui e cumprimento a todos e desejo uma boa noite. Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Nós que agradecemos, Margarida. Obrigada pela sua fala, pela retomada histórica que você deu, acho que foi muito importante. Vou alternar as pessoas que se inscreveram *on-line* e quem se inscreveu aqui com o nosso secretário da Comissão, lembrando que quem está aqui entrega o nome para ele, que está levantando a mão

para que consigamos garantir a fala de todos. Vou chamar agora o Felipe Bazo Torres, que é da Anis e a próxima pessoa da lista do presencial.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Quando a Margarida fala da relação de medicação uma das coisas que o Governo do estado, e precisamos falar sobre isso, retira, por exemplo... é falta de remédios do Maria Zélia. Falta de remédios de alto e altíssimo custo e muito desses funcionários iriam também buscar auxílio porque o recurso financeiro da aposentadoria não dava, aposentadoria pensionista e pessoas doentes, já não dava, é um item que precisamos colocar nessa discussão também a degradação do Sistema Único de Saúde. Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Agora é o Sr. Felipe, depois a Sra. Márcia de Oliveira.

**O SR. FELIPE BAZO TORRES** – Boa noite a todos e todos, agradeço muito a Vereadora Luana pela iniciativa da audiência, infelizmente precisamos lamentar como sempre, regra geral, a ausência do Governo, a Bancada do Governo não está aqui, os Vereadores, me parece que há alguns que estão virtualmente. Espero que estejam acompanhando, mas aqui não temos os representantes do Governo nem na Vereança e nem os Secretários, que deveriam estar aqui, mas que, como em todo esse processo, se ausentaram, fizeram o máximo esforço exatamente para não fazer nenhum debate, porque, talvez por saberem que no campo do debate não iriam ter razões para sustentar essa perversidade, que foi a aprovação da Emenda 41, Sampaprev 2.

Só para a gente tentar se aproximar do que nós estamos tratando aqui, eu falei em perversidade, e essa certamente é a maior de todas. A gente achou que tudo já tinha sido feito no final do ano passado. Porém, ao começar esse ano, a gente descobriu que ainda podia ser pior. Vejam bem: quando a gente fala aqui de doenças graves que perderam a isenção, estamos falando, em termos monetários concretos, em até 1.644 reais que vão ser retirados todos os meses de pessoas que têm as seguintes patologias – entre outras -: distúrbios mentais e comportamentais graves, esclerose múltipla, distúrbios osteomusculares e traumatismos incapacitantes, neoplasia maligna – que vem a ser câncer -, distúrbios metabólicos graves, AIDS,

paralisia irreversível incapacitante, doenças cardiovasculares graves, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, doença de Parkinson em estágio invalidante, nefropatia grave, estados avançados do Mal de Paget, osteomielite, hepatopatia grave, pneumopatia crônica com insuficiência respiratória incapacitante.

Ou seja, o governo do prefeito Ricardo Nunes gasta 31% da Receita Líquida, sendo que o governo que pegou essa prefeitura gastava 39%, sempre menos de 40%; portanto, é o menor gasto da história que se tem com os servidores. Esse governo ainda aplicou um brutal e perverso confisco sobre aposentados, a maior parte deles com proventos em defasagem da ordem de 50%. Não satisfeito, ele ainda achou que era o caso de penalizar, e penalizar gravemente, as pessoas nessa situação.

Quero trazer algo que, afora tudo isso, me causou uma enorme curiosidade, que é o seguinte. Uma vez que nós descobrimos – e descobrimos de fato, porque veio da reclamação dos nossos colegas, que estavam sendo agravados com esse desconto – que durante o ano passado em nenhum momento, depois de ler todo o PLO 07, várias vezes depois de promulgada a lei, depois de lida a Emenda 41, em absolutamente nenhum lugar se encontrava esse gravame sobre os aposentados com doenças graves. Bom, o que aconteceu aqui? Os RHs nos dizem que isso se deve à retirada do parágrafo 21 do artigo 40 da Constituição federal feita pela Emenda 103. Mas isso já faz 2 anos. Na prática, nós temos um decreto, que é o Decreto 61.151, do Prefeito, que anulou a medida de outro decreto, também do Prefeito, que concedia, no âmbito municipal, essa isenção.

Bom, então a gente pergunta o seguinte: será que nós vamos vimos? Será que os Vereadores - porque nós também não vimos - votaram nisso sem saber? Ou será que o Prefeito se aproveitou da situação inclusive para jogar isso no colo dos próprios Vereadores para fazer essa perversidade? Porque é um decreto invalidando um decreto. Uma das perguntas que a gente tem que fazer é essa: e a Fazenda? E a Casa Civil? E o Governo? O mínimo que eles deveriam fazer é responder isso. Pergunto: existe amparo na Emenda 41 para essa maldade que foi feita? Ou não existe? Ou isso foi uma medida somente do Prefeito?

Eu queria terminar dizendo o seguinte: a gente pode fazer todo o debate racional que a gente se propôs a fazer, econômico e social, a respeito disso. Só que isso é algo que está em outro plano. Isso aqui está no plano da humanidade, no plano da compaixão, no plano da empatia, e é inaceitável que isso aconteça. A gente se pergunta: como pode esse Prefeito, mesmo sabendo tudo que fez, dormir à noite depois de aplicar esse tipo de medida? Como os Vereadores da base do Prefeito podem dormir à noite fazendo isso? Eu gostaria que eles escutassem os relatos dos nossos colegas, que são relatos pungentes, e pensassem que são pessoas das suas famílias que poderiam estar passando por isso.

E o mínimo que se espera é que essa medida venha a ser corrigida imediatamente, se não pelo Prefeito, pelos Vereadores que têm o poder de, por uma emenda também à Constituição, restituir à situação anterior, e restabelecer o direito a essa isenção. Eu agradeço.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** - Muito obrigada, Felipe. Excelente. Vou chamar agora, sem mais demora, a Márcia de Oliveira. Por favor, Márcia.

**A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA** - Boa noite a todos e a todas. É complicado. Acho que não tem um Vereador que não me conheça aqui dentro. Eu passei aqui, durante o movimento, a minha voz acho que todo mundo já escutou no caminhão, todo mundo escutou eu andando aqui. Até me escondendo, porque, às vezes, eu vinha para cá, e as pessoas diziam que não podia entrar, mas a gente se escondia e entrava.

Assim, não querendo falar, mas eu estudei o projeto. Eu estudei. Estudei mesmo o projeto, fomos atrás de parecer, eu sou Presidente da Associação dos Administradores do Município de São Paulo. A Asmusp é uma entidade que eu também estou representando, que é uma entidade que foi pega de surpresa, com sua base quase toda de aposentados e outras entidades das quais também faço parte.

E isso me chama a atenção, porque nós andamos nessa Casa. Eu estive, se não com todos, mas com 90% dos Vereadores dessa Casa. *Tête-à-tête*. E todos os Vereadores. Quando eu falo todos, eu falo da Situação à Oposição, porque, assim: a nossa fala tem de ser diálogo com todos, independente daqueles que nos apoiam. Quando eles nos apoiavam era mais

fácil falar. "Tudo bem Vereadora?" e ir embora, porque o tempo era mais rápido. A gente sentava e esperava. Fiquei sentada em banco esperando Vereador para atender. Entregamos parecer para todos esses Vereadores. E em nenhum momento foi aventada a possibilidade disso.

Quando eu recebi, hoje estou com um associado meu, aqui presente, quando ele me passou, falei: "Não, não pode ser. Tem alguma coisa errada. Não é possível que a gente comeu essa bola". E não é verdade, porque assim: quando estamos falando desse direito, ninguém tem isso sem passar por um processo. E esse processo, quem concede, é a própria Secretaria, hoje, da Gestão. Secretaria Executiva da Gestão. Isso tem de sair no Diário Oficial, passa por todo um processo de avaliação, onde se diz: "Realmente essa pessoa precisa".

E nós não estamos falando de discussão se é dos 14%. Olha, eu estou colocando tudo isso para o lado, estou colocando sobre uma questão de se falar de remédios e de tratamento de saúde. Estamos falando de vida e morte. É disso que estamos falando.

E os Vereadores, hoje, eu garanto, que a maioria não sabia disso. E se alguém sabia era um 'gato pingado', muito pequeno, e olha: os que sabiam foram muito bons atores, porque em nenhum momento ninguém deixou cair, nem se contradisse em relação a isso. Então é assustador quando nós recebemos, às 7 ou 8 horas da noite, um associado falando: "Aconteceu isso". Nós, como sindicalistas, ficamos vinte e quatro horas no ar. E quando isso aconteceu, eu caí de quatro, repetindo "não pode ser". Fiquei até meia noite resolvendo isso, quando eu descobri.

E, coloco aqui: nós não sabíamos. Nós fomos todos pegos de surpresa. E uma surpresa muito pesada. Por mais apoios que todos os Vereadores estão fazendo, acho que cabe a esta Casa, cabe à Base, cabe, infelizmente, ao Vereador Fabio Riva, que não está presente nessa comissão - embora seja membro dela - para escutar e falar o seguinte: "Não, nós vamos, em tempo - 'em tempo' - propor um 'pelezinho' do Executivo, porque nós vimos que toda a emenda pode ser feita por Lei Ordinária. Ou seja, num dia faz, em dez dias vai estar seguindo, porque vai ter caráter de urgência. É disso que estamos falando. Estamos falando, dentro desta Casa, de uma tramitação algo em caráter de urgência, Vereadora.

Não é possível que as pessoas não estejam percebendo o que está acontecendo. No final deste mês, agora, dia 28, será 14% sobre tudo. É disso que estamos falando, do remédio, não estou falando do aluguel não gente, estou falando do remédio, daquele que vai, de novo, entre a vida e a morte. São essas as duas opções.

Eu não acredito que ninguém, em sua consciência, e estamos falando de um montante de 3 mil pessoas no máximo. É isso. É disso, de novo, que estamos falando, são três mil servidores, entre ativos, inativos, aposentados e pensionistas. Não estamos falando de cento e poucos mil, estamos falando de três mil.

Se a Prefeitura de São Paulo não tem o poder de arrecadação para manter isso para três mil pessoas, é melhor fechar a Casa. Fecha tudo e começa de novo, porque não é possível. Nós estamos falando de três mil pessoas; é esse o nosso montante.

Toda nossa indignação à falta de respeito, à falta de empatia, à falta de humanidade. É uma questão humanitária. Nós não estamos falando nada além disso. Não cabe falar em números quando se fala de três mil pessoas. É realmente importante que o Secretário Fabricio Cobra, hoje na Casa Civil, tenha a sensibilidade, porque ele acumula com a Secretaria de Gestão, que cuida de pessoas, cuida de servidores e cuida também do órgão que dá competência ou não para isso. Então, que eles façam alguma coisa, e que esta Casa receba, em caráter de urgência, um projeto de lei do Executivo que reverta essa situação vergonhosa para a maior capital do País, que tem o maior Orçamento entre as capitais.

É lamentável ter que estar hoje aqui dizendo isso.

Obrigada, Presidente e todos.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Eu que agradeço. Quero dizer que eu não gostaria de estar fazendo esta audiência pública nem de estar chamando atenção para esse tema, porque não precisava, já que é um número muito diminuto de servidores e é de uma desumanidade gritante. Eu quero crer que isso não vá seguir por muito tempo e, se depender de nós, não vai seguir. Continuaremos na luta.

A próxima inscrita é a Neusa de Oliveira. (Pausa) Não está presente. Roberto José

Tauber.

**O SR. ROBERTO JOSÉ TAUBER** – Boa noite. Eu desconheço muito a parte política, porque nunca fui um militante, apesar de que, obviamente, como todo ser humano, eu tenha o meu lado político. Sou um funcionário público concursado e aposentado e, logo após a aposentadoria, eu tive um câncer muito agressivo a ponto de eu passar por uma série de médicos até um determinado médico do DEMED decretar que eu deveria ser isento do desconto do Iprem e do desconto no imposto de renda porque eu estava com um câncer agressivo; tão agressivo que decisão foi em caráter definitivo sem precisar ser revista posteriormente, já que o índice deles lá era muito alto, mas não sei que índice é esse. Piorando a situação, quando a pessoa começa a ficar com certa idade, e eu já estou com 75 anos, as doenças começam a se acumular, e eu não sei se por causa do câncer ou não, logo depois disso, eu tive um problema cardíaco, ponte de safena, essas coisas todas, e o custo financeiro disso foi muito grande, com remédios caríssimos. É difícil até comentar sobre isso.

No dia 30 ou 31 do mês passado, não me recordo, quando eu recebi o holerite, quase tive um infarto, porque o desconto só não foi de 14% porque englobou apenas 12 ou 20 dias, alguma coisa assim, eu não sei exatamente quantos. Mas agora o desconto vai ser de 14%. Isso é um absurdo! Eu vou tirar isso de onde? Será que aos 75 anos de idade eu vou conseguir alguma outra fonte de renda? Alguém vai me conseguir algum emprego? Agradeço ao Vereador o projeto que ele fez, mas será que os seus Colegas vão ter a sensibilidade? Porque isso é, realmente, como aquela Vereadora falou, isso é uma maldade, uma crueldade. Não é não dar aumento para alguém, é retirar aquilo de quem já estava minimamente acostumado a viver com aquilo.

Obrigado. Era isso que eu tinha que falar.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Zé Roberto, eu te agradeço por compartilhar. Temos certeza de que não é fácil, mas é importante seu relato para conseguirmos, enfim, falar sobre isso e também é importante que você diga isso nesta audiência. Eu te agradeço por compartilhar.

A Neusa voltou. Neusa está *on-line*?

**A SRA. NEUSA DE OLIVEIRA** – Boa noite. Desculpa, caiu, voltou.

Parece conosco, aposentados com deficiência ou com doenças graves. É uma luta para a gente poder estar aqui. Vou falar como uma mulher com deficiência que sempre trabalhou na área da assistência social, na área das políticas públicas. Minha carreira inteira foi na Secretaria Municipal de Assistência Social. Fico indignada, perplexa, não sei o nome que dou para isso com esta perplexidade mesmo desse decreto. É algo que vemos na contramão da história. Enquanto grupos neste momento que estamos vivendo tão delicado do País, das buscas de direitos, a gente vai na contramão.

Adorei a fala da colega: “meu maior capital do Brasil.” Então, estou falando porque não dá para não falar, principalmente eu que fui da área de buscar essa questão dos direitos das pessoas. Como que pode passar um decreto desse na calada da noite, de madrugada, sei lá e percebermos na hora de receber os nossos proventos de servidores que sempre trabalharam para o Município.

Não poderia deixar de falar como uma profissional que sempre atuou na área do direito. Como reverter isso? Como mudarmos isso? Isso é extremamente injusto, além da injustiça toda do confisco com todos os funcionários, mas para as pessoas que estão nessa condição é algo...e ficar sabendo hoje que são três mil pessoas. É só um desabafo mesmo.

Agradeço à Nize, às entidades que deram voz e ouvido para tentarmos juntos articular alguma coisa para ver se mudamos isso.

Muito obrigada a todos.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Neusa, muito obrigada pela sua fala e seu compartilhamento.

Agora, tem a palavra o Sr. Francisco Ernane Ramalho Gomes.

**O SR. FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES** – Obrigado, Vereadora. Cumprimento os demais colegas desta sessão e os que nos acompanham também virtualmente.

Estou Presidente da Associação dos Contadores Municipais de São Paulo e



represento também, enquanto Vice-presidente da Federação dos Sindicatos e Associações. Dito isso, ficamos indignados e é difícil até adjetivar o que fizeram com a gente. Não tem como dissociar dessa questão uma política nefasta que há décadas assola todos os servidores públicos municipais que é a malfadada política dos 0,01%.

Então, enquanto os nossos gestores aplicam uma política de revisão salarial de 0,01%, significa que – e não precisa nem ser contador como eu, pois é uma conta simples – em 100 anos os servidores públicos municipais de São Paulo se permanecer essa política nefasta, terão reajuste salarial de 1%. É isso. Em 100 anos teremos reajuste de 1%, Vereadora. É cruel.

Mas não fica só nisso. Não obstante essa política nefasta, ainda vem o confisco dos aposentados em 14% dos seus rendimentos. Os nossos aposentados já contribuía com a Previdência, mas eles contribuía acima de um teto, acima do teto do máximo do benefício da Previdência do INSS, que hoje é em torno de sete mil reais. Eles contribuía sobre o diferencial do que eles ganham em relação aos sete mil reais. Hoje em dia, não. Hoje em dia é acima de um salário mínimo. Então, aumentou a base.

Mas não é só isso. A crueldade segue. Pior ainda. Piorando... Como nós ouvimos o depoimento do nosso colega Roberto, acometido de doença grave, nós temos – e a Márcia trouxe aqui um número -, três mil servidores aposentados acometidos de doenças graves, que o impacto financeiro para a Prefeitura de São Paulo, que tem um orçamento de mais de 80 bilhões, que tem disponibilidade de caixa em torno de 27 bilhões, o impacto dessas três mil pessoas que estão tendo a sua aposentadoria confiscada, é pífio diante desse orçamento. É pífio. Mas, com certeza, é grandioso ao ponto de ceifar vidas, em relação à renda deles. É muito sério isso. Não é brincadeira. E eu vou falar uma coisa para vocês, muito séria, corroborando com as falas do Roberto, da Neusa. Eu trago o exemplo, aqui, de uma associada que eu visitei recentemente. Essa associada se aposentou em 1999 por acometimento de doença grave. Ela estava no meio da carreira. Ela tinha toda uma carreira pela frente. Ficou tetraplégica. Jovem, toda uma vida pela frente. Ela não se aposentou porque ela quis. Ela não pediu para se aposentar. Ela chorou por se aposentar naquelas condições. E essa aposentadoria, pasmem vocês, não traz para ela

um rendimento de alto valor, não. É um rendimento baixo. E digo mais: além dos medicamentos de alto custo, que nós podemos buscar nas redes, mas infelizmente não é fácil, tem uma questão muito simples. Essa minha associada faz uso de fraldas, e não é qualquer fralda, lamentavelmente. As pessoas têm sensibilidades no corpo, então, a depender do tipo da fralda causa um dano muito maior do que se não usasse. Então, lamentavelmente, não dá para a Prefeitura adquirir fralda de acordo com a necessidade de cada um. É genérica, mas têm pessoas que não podem fazer uso das fraldas oferecidas na rede pública. Eu só estou dando esse exemplo, que é bastante singelo, para entender a situação. Então, vejam, nós estamos há décadas com um reajuste que nem podemos chamar de reajuste, que é de 0,01%, com uma inflação, no último ano, que é mais de 10% e vamos ter 0,01%, que é o que estamos tendo. E não obstante isso, ainda vem o confisco de 14% de todos os aposentados, indistintamente. Inclusive, os aposentados acometidos de doença grave e que na sua maioria absoluta – quiçá em sua totalidade – são pessoas que não têm capacidade física e técnica – intelectual sim -, mas não têm capacidade física e alguns nem intelectual, a depender da enfermidade que lhes acometem, essas pessoas não têm onde buscar renda, diferentemente dos jovens. Mas a política que está implantada aí é a política nefasta de acabar com a dignidade da pessoa humana.

Muito obrigado, Vereadora. Agradeço a todos os colegas que me antecederam. Corroboro com todas as falas e não vai ser diferente com as falas que virão. Mais uma vez, agradeço, Vereadora, pela iniciativa, por este momento que é muito importante. Como bem falou uma colega, de dar voz para nós.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito obrigada, Francisco, da Associação de Contadores. Falou muito bem da política do 0% de reajuste. Estamos indo há dois anos com inflação acima de 10%. Então, na verdade, é uma perda salarial de 20% acumulada em dois anos apenas. Então, é grave. É muito grave.

Eu vou chamar agora a nossa colega Durvalina, que é da Anis. Depois, a Ana Maria, também da Anis.

**A SRA. DURVALINA** – Boa noite a todas e a todos. É até difícil pensar por onde podemos começar, porque é um assunto tão absurdo que estamos assistindo, é tão desumano, que fica até difícil nomearmos isso devidamente. Para mim, o que estamos vivendo é um retrocesso civilizatório. Estamos voltando para a barbárie em pleno século XXI, na maior e mais rica Cidade do país, que tem um orçamento bilionário e precisa tirar fralda de uma pessoa paraplégica, precisa tirar remédio de uma pessoa doente grave, precisa impossibilitar que uma pessoa com uma deficiência incapacitante possa ter um cuidador. O que é isso senão barbárie.

A civilização aqui em São Paulo deu errado, não é possível, Sr. Prefeito, me responda. Governo, responda alguma coisa, não é possível que as pessoas fiquem em silêncio frente a uma coisa como esta. Acho que esta é uma luta que tem de ter a solidariedade de todos, não só de todos os servidores públicos do Município, que já tem, mas de toda a população da cidade de São Paulo. Não é possível que as pessoas sabendo o que está acontecendo não se toquem, enfim, não é possível que as pessoas não fiquem indignadas com o que está acontecendo, porque é indigno mesmo.

O que o Prefeito pensa que está fazendo. Se nada fora o confisco de 14% para todos os aposentados, porque contribuimos com a Previdência não sei para quem, porque eu não vou me aposentar de novo, ou pode? Não pode. Muito bem. Ainda um confisco de toda a inflação que tem tido, realmente estamos caminhando para 20% de inflação em dois anos. Quer dizer, somando uma coisa com a outra já estamos com uma perda, só agora, recente, da pandemia para cá, de metade do nosso salário.

Agora, imaginem uma pessoa que está vivendo uma situação de doença grave. Nenhum de nós quer ter uma isenção dessas. Qualquer um de nós preferiria estar bem de saúde e não ter isenção nenhuma. Mas não é esse o caso, a vida é diferente, a vida nos impõe esse tipo de situação. E não é possível que as pessoas que estejam nessa situação sejam tinguadas pela Prefeitura bilionária da cidade de São Paulo, porque isso é roubo, isso é crueldade, é alguma coisa que não podemos aceitar e não podemos suportar.

A cidade de São Paulo, quero crer, não merece ter de passar por isso. Ter os seus

funcionários, porque vejam bem, isso é coisa de patrão, não estamos falando nem de bolsa, nem de esmola, nem de nada disso, estamos falando de salário, de gente que trabalhou uma vida inteira, ou que muito a contragosto teve de se aposentar antes do tempo, porque ficou incapacitado para o trabalho.

Não é possível que tenhamos de conviver com um negócio desse. Isso é muito absurdo e temos de achar uma saída, não pode continuar desse jeito. Na calada da noite, nem sei se foi na calada da noite, porque não vi isso no Sampaprev 2, ninguém viu. Se alguém viu, por favor, mostre, estamos perguntando isso faz tempo. Com base em quê isso foi feito, porque há uma legislação anterior que garantia isso. Se não tem mais, então me digam em que momento essa legislação morreu, como foi essa morte, foi morta, foi o quê? Precisamos saber disso.

É isso, estou indignada, chocada, triste, porque isso é alguma coisa que não se faz. Isso é alguma coisa abjeta, não se faz. Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Nós que agradecemos, Durvalina. Vou passar agora para a Ana Maria Brischi, e logo depois para a Lucinda Ferreira, aposentada da Secretaria de Cultura.

**A SRA. ANA MARIA BRISCHI** – Boa noite, quero agradecer muito a Vereadora Luana Alves e aos Vereadores presentes, não poderíamos deixar de estar presentes, porque isso que está acontecendo é como a Durvalina fala, é a barbárie, é uma covardia imensa, acho que qualquer um de nós está sujeito. A gente não sabe se vai sofrer um acidente, se vai aparecer um tumor. Então eu acho que a gente precisa ter essa compaixão.

Apelo aos Vereadores que têm religião, que acreditam em Jesus Cristo, que foram eleitos em nome de Jesus, que pensem nas palavras do seu Mestre, porque eu acho que Jesus sempre acolheu os coxos, os enfermos. Então, por favor, vamos pensar nesses, principalmente os que se dizem religiosos.

Enfim, a gente não poderia deixar de estar aqui. Eu estou na ativa ainda e o que acontece é que a gente paga sempre acima do teto, os descontos previdenciários não têm teto de contribuição, a gente não está no teto do INSS, então a gente sempre pagou a vida inteira.

Eu tenho 32 anos de serviço e desde o primeiro dia de trabalho eu pago Iprem, sem teto de contribuição.

Se a gente comparar com o INSS, existem as faixas de contribuição: quem ganha até R\$ 2.400,00 paga 9%; depois é 12%; e na Prefeitura não tem nada disso, então esse desconto de 14% é para salário mínimo. E para quem ganha salário-mínimo, 14% é muito dinheiro, é um botijão de gás, é uma feira, é comida no prato, é remédio para dor.

Então, esse tratamento desigual que os funcionários públicos sofrem em comparação ao INSS é muito injusto. E chegar ao ponto de tirar essa isenção de pessoas que não escolheram estar doente é muito injusto, porque ninguém escolhe ficar doente, não é frescura. A minha mãe sofreu um AVC e está acamada: é fralda, é cuidador, é comida pela sonda. Não tem cura, mas a gente está tentando dar dignidade para uma pessoa que trabalhou 40 anos como professora e precisa de dignidade. Ela pode não se curar, mas precisa de dignidade.

É muito triste. Quem está vivendo isso não merece ser tratado como vagabundo, malandro, tem que ter respeito, porque é aquela história: o mundo dá voltas. Um dia, a gente pode estar também numa cama. A gente tem que pensar nisso, ou a gente manda fechar o IPREM, porque acabou a humanidade.

Espero sinceramente que a maior Prefeitura da maior cidade de São Paulo não mantenha essa injustiça absurda que a gente está vendo, porque é vergonhoso. Esta cidade não pode persistir nesse erro.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito obrigada, Ana Maria. Eu acho que as suas palavras trazem muita verdade, apesar de muita dor, porque é doloroso esse assunto, é muita verdade. A gente sabe que não existe cálculo em planilha que justifique uma ação dessa, não existe. Não há nenhuma racionalidade contábil, numérica, que justifique uma sacanagem dessas. Desculpe usar esse termo, mas é o que é.

Tem a palavra a Sra. Lucinda Ferreira Prestes.

**A SRA. LUCINDA FERREIRA PRESTES** – Boa noite. Eu vou resumir o meu caso.

Estou aposentada desde os 68 anos, estou agora com 74 anos. Há 10 anos, eu tive um linfoma, um câncer, e um ano depois eu fiquei sabendo da isenção. Entrei com um processo que demorou três ou quatro meses, até que obtive a isenção. Agora, tive essa surpresa. Então, o meu caso é grave.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, Lucinda. Não precisa falar muito. A gente entende o tamanho da injustiça que está sendo cometida, uma desumanidade gigantesca.

Eu queria perguntar para a Secretaria da Comissão se está online algum outro Vereador ou membro do Executivo. (Pausa) Okay, obrigada.

Sr. Tarcísio Ramos. Pessoal, quem quiser se inscrever, fale com a Comissão.

**O SR. TARCÍSIO RAMOS** – Primeiro, quero parabenizar a Vereadora por organizar esta audiência.

Vou começar, primeiro, com um ponto: em 2017, minha cunhada com 33 anos, coordenadora da rede de educação básica do Município teve um câncer, estado terminal. Em seis meses, ela faleceu e era quem cuidava da mãe. Só moravam as duas: ela e a mãe. A mãe, com a filha mais nova, teve um surto e teve um Alzheimer automático com a perda da filha. Hoje, ela recebe a pensão da Prefeitura, a qual é toda destinada para os remédios, medicações.

Aliás, não foi comentado aqui hoje, mas o Governo Bolsonaro travou algumas medicações em hospital público. Há três anos, desde que saiu o Decreto Presidencial cancelando algumas medicações, principalmente, para Alzheimer. Ela tem que pagar por essa medicação.

Não podemos nos esquecer: temos que falar da isenção, mas também que temos três anos com um Decreto que cortou a medicação vinda de hospital público. Agora, os 14% vieram.

Eu quis colocar, primeiro, esse fato porque me atinge, mas vou colocar, também, outro fato: eu trabalho no jurídico da Apeoesp e sou especialista em educação para pessoas com deficiência, porque eu sou uma pessoa com deficiência, por isso me especializei, principalmente,

nessa porque é minha área de interesse.

Quando fazemos um debate com as pessoas portadoras de deficiências ou dos direitos garantidos, por isso, também, fiz Direito. Sou professor de formação, mas, também, fiz o curso de Direito porque achava impossível não entender o que os advogados me falavam. Eu não entendia dos direitos e precisava entender, quando fui fazer o curso de Direito.

Falamos “eu tenho direito garantido”. Eu tenho o direito garantido, mas vemos, por a mais b, que foi concedido um direito, que nos foi retirado. No Brasil, não existe essa regra do direito garantido. Isso é um equívoco social inclusive, mas temos que nos resguardar muito em algumas metas: quando há o confisco das aposentadorias e das pensões no Município, houve um movimento no Estado também, inclusive, acho que teríamos que dialogar com outros entes federativos para entendermos que não é um movimento pontual. É um movimento mais grosseiro.

Antes disso, nós tivemos um Estatuto da Pessoa com Deficiência – e é o que eu indico a todos os sindicatos presentes e todos participantes online ou presenciais, para que façam uma leitura. Porque há algo chamado representação. Quem escreve o Estatuto da Pessoa com Deficiência é uma pessoa com deficiência chamada Mara Gabrielli, só que uma pessoa com deficiência com muito dinheiro, com o olhar de uma pessoa rica. Ela não representa socialmente uma pessoa com deficiência como nós.

No Estatuto da Pessoa com Deficiência, apresentou-se um dispositivo que retirava o direito das aposentadorias, o direito dos benefícios e pensões das pessoas com qualquer tipo de deficiência ou necessidade de saúde.

Nós temos uma arma, que foi nos atacada há cinco anos, que foi o Estatuto da Pessoa com Deficiência. É importante a leitura, porque nós temos que entender onde saiu o primeiro dispositivo, que faz a nossa retirada de direitos. Quando for feita a leitura, eu indico: “Comecem pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência”. Foi muito bonito. Disseram: “Não, agora vão garantir que a pessoa com deficiência vai trabalhar. Ela não precisa se aposentar. Ela vai trabalhar. Ela vai ter direitos iguais”. Nós estamos numa sociedade com direitos iguais, mas não

com direitos equânimes. Igualdade não é equiparação de direitos equânimes. Ponto. E o que dá qualquer tipo de benefício, para que esses governos de plantão retirem esses nossos direitos, começa com o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Nós temos o início desse movimento. Não é um início qualquer. É esse dispositivo, que dá essa garantia para o Prefeito de São Paulo, que dá garantia para o Governador do Estado e que dá outras tantas garantias. Então, a gente tem que fazer uma luta aqui pontual. A gente tem que fazer também um pedido de revisão do Estatuto da Pessoa com Deficiência, para que outras pessoas com necessidade não passem isso que nós estamos passando aqui na Prefeitura atualmente.

Só para finalizar rapidamente: Eu estive acompanhando, no ano passado, a Vereadora Luana, no debate do Sampaprev 2. Ela ficou preocupada. Não foi pega de surpresa. Ela foi ao Iprem. Ela pediu o balanço do Iprem sobre o Sampaprev 2. Acho que o Iprem não deu esse balanço.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – O Iprem não deu, o Iprem não falou.

**O SR. TARCÍSIO RAMOS** – E, no dia em que ela foi, eu fiz questão de acompanhar, porque existia uma série de anomalias dentro do projeto. Nós verificamos. Nós fomos procurar as entidades. “Vamos responder”. Mas, não, quando se começou a votação, esses órgãos consultivos se esconderam e não atenderam. É só entrarem nas redes sociais da Luana que vão ver que ela foi pedir os pareceres, procurando professor na Unicamp, pedindo um parecer técnico sobre o Sampaprev 2.

Inclusive estamos aí na luta. A Vereadora Luana está aí nessa luta, de tentar fazer essa busca constantemente. Gostaria de fazer inclusive uma sugestão: que peça novamente o balanço do Iprem, do conselho e, se possível, a nobre Vereadora puder fazer uma fala, na próxima reunião do conselho do Iprem, poderá expor inclusive tudo isso que acabou de ser falado aqui, tudo que acabou de ser exposto; e pedir uma avaliação técnica daquele conselho, porque não é possível que os conselhos - que não são todos do Governo, mas também do povo - não consigam se posicionar sobre o que está sendo falado aqui neste momento.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Antes de ir para a próxima pessoa inscrita,



queria só comentar essa fala. De fato, eu fui até o Iprem. Procurei falar com o conselho. Eu queria pedir para a secretaria da comissão enviar as notas taquigráficas desta audiência pública para o conselho do Iprem. Se não puder, eu mesmo vou lá e mando.

Falando sobre o Iprem, para se localizar, na minha visão, tendo uma retomada histórica, é claro que quando o Iprem foi criado, eu não estava aqui e não era Vereadora desta Casa; desde que ele foi criado, desde que a aposentadoria saiu do INSS, do geral para o Iprem, a coisa foi feita para dar errado, foi feita para dar errado.

É uma coisa que a Margarida falou. Não se teve lastro, não se passou... Todas as décadas de contribuição dos servidores públicos do município de São Paulo que estavam ali para o regime geral não foram passados para o Iprem, e vão ter que pagar. Então, sobre o suposto *déficit* que a Prefeitura fala que não existe; usam uma informação distorcida, que é a informação do caixa do Iprem. Então, isso é uma coisa importante de a gente saber. O *déficit* que tanto falam, na verdade, é esse feito para dar errado do Iprem; mas não dá para dizer que é só de lá que sai a aposentadoria dos servidores de São Paulo. É plenamente possível que saia dos 27 bilhões em caixa que há na Prefeitura de São Paulo, e esse caixa só cresce, só cresce.

Há muito tempo São Paulo não tem tanto dinheiro guardado, e é óbvio o que está acontecendo aqui. Falando português claro com vocês, o que está se fazendo é retenção de caixa para os últimos dois anos da gestão Ricardo Nunes, para inaugurar obras, nos últimos dois anos, em especial, no último ano. Isso é clássico de algumas Prefeituras. Retêm dinheiro e fazem isso às custas da política pública, inclusive de sobrevivência das pessoas, para, no final da gestão, se conseguir enfim gastar até de uma forma não planejada, para tentar garantir reeleição. Isso é muito clássico. E é isso que está acontecendo aqui.

Então nós vamos, e eu gostei do conselho do Sr. Tarcísio, do Jurídico Sindical da Apeoesp, porque nós vamos estar ali, de novo, vou de novo procurar o Iprem, sei que o Conselho do Iprem é composto por pessoas diversas, enfim, de opiniões diversas, mas vou de novo acionar esse conselho para conseguirmos uma resposta oficial e um posicionamento oficial.

Claro que a decisão final é da Prefeitura e da Câmara, mas é importante o

posicionamento do Conselho do Iprem. É muito importante. E que também nos deem as informações; nos digam exatamente o quanto está sendo tirado do aposentado, ou servidor na ativa, que tem algum tipo de deficiência, algum tipo de doença grave. É muito importante termos essa informação e nós iremos atrás dela. Porque não é possível que isso aconteça enquanto a Prefeitura está esbanjando dinheiro e, enfim, está sempre, todo dia, toda semana, fala de alguma nova fonte de dinheiro, é a negociação com o Governo Bolsonaro, é o Campo de Marte, é sempre alguma coisa que faz a Prefeitura ter não sei quantos bilhões a mais por ano.

Então, dito isso, vou continuar aqui. Vou chamar agora o Sr. Davilson Nascimento dos Santos, que é aposentado da Prefeitura. Sr. Davilson.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** - Claro, pode fazer.

**(NÃO IDENTIFICADA)** - Que segurança, com que direito, baseado em que um instituto, como o Iprem, pode não responder a um Vereador da Cidade, eleito?

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** - Então, pois é. Na verdade, o Iprem pode, assim como qualquer instituto, demorar, enrolar para dar a resposta, não negar, porque ele não pode negar para nenhum Vereador eleito, mas ele pode demorar um tempo absurdo para negar essa informação, para, na prática, negar essa informação.

**(NÃO IDENTIFICADA)** - Não existe um limite de tempo disso?

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** - Não existe limite. O limite, de fato, é do quanto eles querem reter uma informação. É isso que acontece. Mas é como eu falei: foi importante eu ter ido no Iprem, no ano passado, e eu vou novamente. Porque é isso, às vezes, é o que resolve é a gente bater à porta, e é algo que eu não tenho nenhum problema de fazer, assim diversos Vereadores também não têm. Então é isso que vamos fazer para tentar, no mínimo, ter a informação e, o mais importante, ter um posicionamento do Conselho, porque eu sei que tem gente no Conselho que está de acordo com o que estamos pensando, e essas pessoas têm de se manifestar. Isso é bastante importante.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** - De nada imagina. Não, completamente, sem contar isso, as informações não legíveis, enfim.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** - É isso. Sr. Davilson Nascimento dos Santos, a palavra está com o senhor.

**O SR. DAVILSON NASCIMENTO DOS SANTOS** - Eu gostaria de saudar a Vereadora Luana através de quem saúdo todos os presentes. Logo em seguida, gostaria de pedir desculpas à Vereadora Luana porque, quando, eu acompanhei a fundação, a instauração dessa comissão, o que me veio à cabeça: "Puxa, mas Saúde? Que tem a ver saúde, eu até esqueci que tratava-se de pessoas com doenças graves, deficientes e, com o decorrer do tempo, eu encontrei outra motivação de ser tratado na Comissão da Saúde: não podemos esquecer da saúde mental.

Era exatamente isso, eu estava a algumas noites sem dormir, acordava, pensava, fazia contas, então, por isso que a primeira ideia tinha de ser alguma coisa de Finanças, mas eu mesmo disse: "Espera aí, mas é a saúde mental que está me afetando", depois, cai na real: "Doença grave, deficiente, tem tudo a ver". Peço desculpas e, daí, nessas minhas noites sem dormir, me perguntava o que eu ia fazer. O Felipe falou um número de uma hora para a outra, a minha arrecadação caiu em mil e quinhentos e cinquenta reais. De uma hora para a outra, e agora o que fazer?

Quer dizer, nessas noites sem dormir, bom, tem a possibilidade do décimo terceiro. O décimo terceiro dá para eu subsistir por alguns meses, mas e depois?

Eu tenho aqui até o laudo, mas, antes disso, eu fiz alguns exercícios. Eu sou engenheiro, mas fui atrás dos decretos e eu tenho uma visão: com um decreto você anula um decreto. Então, eu fui ao decreto. O Decreto 151, eu não gostei desse número em um decreto, porque eu sou de Pirassununga, vim de lá hoje. Depõe contra a cidade, né?

- Manifestações na plateia.

**O SR. DAVILSON NASCIMENTO DOS SANTOS** – Depois tem o Decreto 46.860.

Esse decreto é o que regulamentou uma lei. Depois de várias leituras, eu entendi que esse decreto podia revogar os dois tetos. Eu consultei a Lei 13.973, na qual ainda está em vigor a questão de um teto, que, no meu entendimento, não atende só as pessoas com deficiência, mas todos os aposentados. Então, para cancelar uma lei, tem que ter outra lei. Muito embora eu não tenha acompanhado o que aconteceu com a Emenda 41 – e acho até que ela consta do nosso holerite –, foi ela que criou os fundos para onde vai o nosso dinheiro, ou pelo menos para onde foi nesse primeiro mês.

Eu não sou da área de Direito e não tenho conhecimento da legislação, mas, muitas vezes, na nossa área funcional, nós temos que começar a acompanhar. Então, eu entendo que um teto permanece, segundo a Lei 13.973, que não resolve o nosso problema, que não vai restituir os meus 1.550 reais, mas pelo menos uma parte. Porém, o que é mais importante ainda, se for confirmada que essa lei está em vigor, é ela vai atender todos os aposentados.

Uma coisa que me passou pela cabeça é que, se o decreto não puder anular a lei, será que a emenda à Lei Orgânica vai poder? Eu imagino que, se há uma mudança na Constituição, ela autoriza a mudança de muita coisa, mas para essa mudança acontecer, tem que ter uma lei. Mas não sei se esse meu entendimento está correto. Agora, me veio a seguinte preocupação: se o meu raciocínio estiver correto, se todos os aposentados têm que ter o desconto somente no que ultrapassar um teto, será que não vão querer mudar essa lei? Essa é outra preocupação. Apesar de que, com essa nossa movimentação que está começando agora, é importante que a gente tenha conhecimento dessas três mil pessoas e, envolvendo todos os aposentados, eu acredito que seja uma forma de nós fortalecermos isso.

Agradeço à Vereadora Luana pela iniciativa desta reunião e por estar nos apoiando nessa empreitada.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Eu que agradeço a fala, Sr. Davilson. Sobre a constitucionalidade do que foi o Sampaprev no ano passado, é importante dizer que a reforma seria inconstitucional por passar o teto até antes da Emenda Constitucional 103, que é a reforma

da Previdência de 2019, do Governo Bolsonaro. Então, até 2019, seria inconstitucional o que aconteceu no ano passado nesta Casa. Infelizmente, a Emenda Constitucional 103, que é a Reforma da Previdência, do Governo Bolsonaro, a chamada Nova Previdência, abriu as portas de tudo que você pode imaginar: abriu as portas para pagamento muito acima do teto, abriu as portas para, imagina... a gente está aqui, infelizmente, foi para 14%, o que já é um abuso, mas a Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro permite até 19% de desconto.

Não estou dizendo isso para, de forma nenhuma, dizer que estamos em uma situação boa, mas para sabermos o tamanho do buraco que estamos colocados neste Governo desse país. Tem município que está colocando perto de 19% de desconto para o servidor porque foi permitido a partir da Emenda Constitucional nº 103, do Sr. Paulo Guedes. É isso. Esse é o tamanho do que estamos vivendo.

Se tudo der certo, vamos, enfim, tirar esse monstro, esse pesadelo do Palácio do Planalto e vamos revogar essa Emenda Constitucional nº 103/19.

Isso é uma coisa para dizer para todos, mas também, só para dizer sobre a questão do município, é plenamente possível a gente revogar esse decreto da perda de isenção para pessoas com deficiência e com doenças graves a partir tanto de um decreto do Prefeito, que pode anular no ato, ou a partir de um projeto de Decreto Legislativo da Câmara Municipal, que, claro, tem que passar pela sanção do Prefeito. Mas espero contar com a humanidade dos meus Colegas para conseguirmos aprovar nesta Casa.

Pode falar, senhor.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Perfeito, perfeito. Associado do Elis.

Então, é isso. É importante dar esta contextualizada até para sabermos o tamanho do problema.

Não duvido, infelizmente, que daqui a dois anos essa Prefeitura invente que tem que ter algum novo tipo de reforma, porque agora de dois em dois anos está fazendo Reforma da Previdência. Inclusive, para aumentar para acima de 14% por que a Reforma da Previdência do

Bolsonaro permite até 19%. Então, essa é desgraceira que estamos, mas seguimos na batalha.

O Gustavo, da assessoria, me lembrou que o PDL não precisa de sanção. Isso é verdade. Então, basta que seja aprovado na Câmara Municipal. Se conseguirmos aprovar o PDL, Projeto de Decreto Legislativo, que mude essa regra e que volte a isenção, não precisa a sanção do Prefeito. Então, basta maioria simples. É maioria simples ou qualificada? Bastam 28 votos.

Vamos com essa ideia do PDL. Esse PDL será apresentado pela oposição, mas a gente sabe que o mais importante é a pressão sobre todos os Vereadores, a pressão sobre todos. Foi muito importante o que falou a Ana que muitos Vereadores reivindicam o seu cristianismo, a sua fé. Eu tenho respeito pela fé de todo mundo, mas eu espero que isso seja posto em prática, que isso de fato signifique algo do ponto de vista do posicionamento sobre essa questão.

Tem mais um inscrito. É a Sra. Ana Amélia.

**A SRA. ANA AMÉLIA** – Boa noite a todas e todos. Sou aposentada pelo município de São Paulo já há mais de 10 anos e nunca imaginei que eu fosse perder a condição que me desse a sobrevivência digna pela qual trabalhei a vida toda.

Estamos acostumados a tratar seres humanos e a ser tratado como ser humano. O que vimos hoje, os depoimentos e as exposições que as pessoas tiveram, acho que não cabe as pessoas terem de colocar intimidades pelas quais foram resguardadas pela perícia médica, pelo direito que elas tiveram de isenção e isso ser tirado em uma canetada de um Prefeito que nos tratou como delinquentes e marginais nas manifestações que fizemos na Câmara. Tomamos bomba no período noturno. Fomos embora para a casa porque a polícia não nos deixou ficar nas ruas. E, mesmo assim, esta Câmara vergonhosamente aprovou a mudança da Lei Orgânica do Município, que nos tirava a condição de ter uma votação em dois turnos e ter uma negociação com os Vereadores. Agora vai ser uma votação única. Então, nós demos a faca e o queijo na mão do Governo e, neste Governo eu incluo o Prefeito, os seus assessores e a base aliada, que não está preocupada se nós há 30, 40 anos fizemos um contrato com esta Prefeitura, recolhemos os nossos proventos para termos uma velhice digna. E hoje nós não estamos tendo a garantia

disso e continuamos pagando.

Então, esta necropolítica que está sendo implantada e que este Governo faz questão de nos matar, eu acho que é isso o que ele está querendo, começa pelos mais fragilizados, mas vamos todos de rodo se não mudarmos esta situação.

Então, eu fico absolutamente indignada de ter de vir aqui falar isso, ver os meus colegas se expondo ao ponto de dizer das suas doenças, da sua intimidade. É uma vergonha. E pior que isso. Eu sou natural de Cachoeira Paulista, interior de São Paulo. Nesse fim de semana, o nosso Prefeito foi rezar lá na Canção Nova. Tem foto aqui dele na Misericórdia. Ele foi rezar porque ele deve estar se sentindo humilhado pelo que ele fez. Foi rezar para ver se Deus o perdoa por toda a desumanidade com que ele tem tratado os servidores neste Município, sejam ativos ou aposentados. É cruel, é desumano e eu só posso dizer: fora, Nunes. Se depender de mim, esse cara não se reelege, porque farei o possível para as pessoas saberem com quem estão lidando.

Desculpem o desabafo, mas eu acho que passou do limite da tolerância humana.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Não peça desculpas, Ana Amélia. O que você falou está muito correto. Só que eu acho que os erros que cometemos, nós pagamos neste plano mesmo. Então, é isso que vai acontecer. Eu tenho certeza de que a maré vira. Então, nós também temos de ter essa fé, essa esperança em nossa batalha.

Eu acredito que nós não temos mais pessoas inscritas ou temos? Se alguém quiser fazer uso da palavra. (Pausa) Não.

Felipe.

**O SR. FELIPE BAZO TORRES** – Só para fazer um encaminhamento que eu esqueci. Eu trouxe aqui um questionamento. Ele é endereçado originalmente para o Prefeito e com cópia para a Secretaria de Negócios Jurídicos, Casa Civil, Secretaria Especial de Gestão - o Fabrício poderia ter aparecido por aqui -, e para a Presidência da Câmara Municipal de São Paulo, basicamente perguntando sobre o amparo jurídico da medida que foi feita. Que o Governo declare isso, quer dizer, qual é o suporte jurídico, fora o decreto que sabemos, que está claro.

Mas também chegou a se mencionar aqui a Emenda 103, mas isso é oficioso, não é oficial. Então, por mais absurdo que seja, isso não é uma coisa inteiramente conhecida. Então, aqui tem o pedido para que o Governo esclareça, afinal de contas, o ponto de vista dele, o que dá suporte jurídico para essa medida, porque nós temos de saber qual é a extensão da responsabilidade de cada um em relação a isso. A do Prefeito não há a mínima dúvida.

E o outro pedido diz respeito à quantificação exata do número de pessoas que foram afetadas, com estimativa de gasto. Eu gostaria de encaminhar para a Comissão. Eu não sei se a Comissão reencaminha. Se necessário for, faremos um pedido também com base na Lei de Informação.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Nós votamos na quarta-feira, não há problema. Vou entregar para o Gustavo, da secretaria da Comissão, Felipe, um requerimento de informação. Podemos fazer por qualquer mandato, não vou fazer agora, vou esperar quarta-feira para conseguirmos aprovar pela Comissão, não por nenhum mandato em específico.

Vou deixar contigo, por favor, Gustavo, e apresentamos para ser aprovado na sessão oficial da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, não por nenhum mandato, mas pela Comissão como um todo, acho melhor, para que tenha a implicação de todos os Vereadores, inclusive, os da Base.

Obrigada, por esse pedido. Quero dizer a todos que é muito importante, sigo dizendo, que passem nos gabinetes, nos locais de todos os Vereadores, inclusive, os da Base. Nós, Vereadores da Oposição, eu pessoalmente me comprometo com isso, vamos continuar a falar desse tema, a chamar a atenção sobre esse tema. Acho que é plenamente possível alterarmos isso, é plenamente possível conseguirmos reverter ao menos essa situação, tenho alguma esperança de que isso aconteça.

E, por favor, peço a todos também que assistam à reunião da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, na quarta-feira, vou falar sobre esse tema e vou aprovar os pedidos de informação que foram feitos pelo Felipe, da Anis.



- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Às 14h, na quarta-feira. Pode falar Márcia.

**A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA** – Obrigada. Acompanho todas as reuniões do Colégio de Líderes, esse tema não entrou ainda na pauta do Colégio de Líderes. Vimos falando com os Vereadores, trouxemos a discussão do PLO 02/2022, proposto pelo Celso Giannazi, específico para isso, mas não vi esse tema no Colégio de Líderes, o Toninho trazer isso, porque acho que precisamos trazer, incomodar, com todos os presentes.

Seria importante levar isso para o Colégio de Líderes, para os Vereadores poderem ampliar e discutir nas outras comissões, com as suas bases e criar o incômodo para todos os Vereadores. Muitos Vereadores nos falaram que não sabiam e prefiro acolher que eles não sabiam, e acolho plenamente, mas o próximo passo. Agora, vocês já sabem. Então, acho que precisamos trazer esse tema para o Colégio de Líderes também para, no mínimo, entender o que as pessoas estão pensando.

O próximo passo, só queria saber, dentro da Casa, qual seria o próximo passo.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – O que eu consigo garantir é conversar com o Toninho, meu colega de Bancada, para ele falar sobre esse tema no Colégio de Líderes amanhã. Isso é plenamente possível de fazer, eu não estou mais na Liderança do PSOL, quem está agora é o Toninho, e tenho certeza de que ele será muito aberto a falar sobre isso, a colocar esse tema, minimamente, para constranger os Vereadores.

Sabemos ser importante que esse tema seja colocado, mesmo que seja para o constrangimento da Base, o que já é o passo inicial para conseguirmos a reversão dessa nova regra, enfim, de exclusão.

Gostaria de agradecer muito a todos que estiveram presentes, porque não é fácil abrir a sua intimidade, não é fácil abrir a sua vida pessoal, as suas questões num lugar público, enfim, a Câmara Municipal de São Paulo está tendo transmissão ao vivo, eu sei da dificuldade que é falar sobre isso, em especial um assunto tão delicado como é a vida pessoal das pessoas. Exatamente como essa medida atinge a sua família, as suas questões, a sua saúde.

Então, agradeço muito a coragem e a disposição de todos que conseguiram vir aqui, conseguiram nos acompanhar. E digo para vocês que vamos tomar essa luta. É claro que não é uma coisa que se resolve por mera ação ou iluminação dos Vereadores, eu não acredito nisso, sabemos que tudo é conquistado, nenhum direito, como falou aqui o meu amigo Tarcísio, é garantido. Todos são absolutamente conquistados com bastante luta, com bastante pressão e tenho certeza de que esse também será.

Então, quero dizer isso para vocês, vamos à luta, que a coisa não vai ser tranquila, mas vamos atrás e não será dado por ninguém, por nenhum Vereador, nem por nenhum Prefeito. Vai ser fruto da luta organizada de todos.

Declaro encerrada esta terceira audiência pública. Voltem bem, boa noite para todos, se cuidem.

Muito obrigada.